



O ministro que só sucumbiu ao Tribunal Constitucional

Tribunal Constitucional Foi o opositor que Gaspar não conseguiu ultrapassar nem vergar à condição de executor de políticas.

António Freitas de Sousa
antonio.sousa@economico.pt

Quando Pedro Passos Coelho ganhou as eleições a José Sócrates e começou a fazer uns telefonemas para formar Governo, uma das maiores incógnitas desse mês já quase longínquo de Junho de 2011 era saber-se a quem ligaria para preencher o cadeirão do Ministério das Finanças. Sabia-se qual era o perfil - mão-de-ferro para impor os planos da 'troika' para Portugal, capacidade profissional acima de qualquer suspeita e boa imagem no exterior, nomeadamente em Bruxelas e em Berlim, sendo o lado da capacidade política a parte claramente negligenciável - mas nunca se chegou a saber antes do tempo quem seria o escolhido.

Quando se soube que o novo ministro das Finanças seria Vítor Gaspar, o país ficou na mesma: ninguém sabia ao certo quem ele era e, como tal, era basicamente impossível saber-se o que se poderia contar da parte de mais um dos tecnocratas que populavam no novo elenco governativo. Em (muito) pouco tempo, Vítor Gaspar transformou-se na estrela mais surpreendente do Governo: desconcertante nas declarações que proferia - permitindo algumas delas detectar um humor corrosivo e quase 'non sense' - estava claramente à vontade em qualquer tema que tivesse minimamente a ver com macro-economia e com políticas europeias e parecia ter grande facilidade de diálogo com os seus novos homólogos da União Europeia.

Não era para menos: Vítor Gaspar foi director-geral de estudos económicos no Banco Central Europeu (1998/2004) e director do Gabinete de

O excesso de zelo de Vítor Gaspar face às políticas impostas pela 'troika' foi a base do primeiro confronto político do ministro, mantido com alguém para quem a política ainda é uma forma superior de arte: Paulo Portas.

Conselheiros de Política Económica da Comissão Europeia (2007/2010), para além de ter colecionado uma enorme listagem de funções no Banco de Portugal.

Tinha, por isso, três grandes factores a seu favor: não lhe eram conhecidas quaisquer transgressões políticas - o que parecia permitir-lhe ser rigorosamente independente de qualquer poder instalado; parecia estar tecnicamente acima de qualquer suspeita; e era temivelmente eficaz quando era preciso responder a qualquer investida, fosse dos partidos da oposição, fosse dos sindicatos, fosse de qualquer outro sector.

Desde o primeiro dia à frente da pasta das Finanças, Vítor Gaspar entendeu que não deveria enganar ninguém em termos do que seriam as opções do seu programa: ele seguia rigorosamente no limite do que era proposto pela 'troika' - salvo nas partes em

que o novo ministro anteviesse a possibilidade de a economia portuguesa responder ainda com maior profundidade.

E terá sido essa pequena 'nuance' que começou a minar a posição do super-ministro - responsável por um ministério que praticamente esvaziou de funções os ministérios da Economia e da Agricultura e reduziu todos os outros à condição de executores orçamentais de políticas com que muitas vezes nem sequer estavam totalmente de acordo.

O excesso de zelo de Vítor Gaspar face às políticas impostas pela 'troika' foi a base do primeiro confronto político do ministro, mantido com alguém para quem a política ainda é uma forma superior de arte: Paulo Portas, por acaso ministro dos Negócios Estrangeiros e também de Estado.

Paralelamente, Vítor Gaspar e as suas desconcertantes respostas mantinham em sentido a oposição, os sindicatos e mesmo os jornalistas, o que lhe permitia passar quase incólume por entre a barragem de críticas à sua actuação. E quando essa barragem era excessiva ou cansativa, Gaspar podia sempre entrar num avião e rumar a qualquer grande capital europeia, onde a sua imagem de rigor e qualidade técnica nunca foi beliscada - apesar do aborrecimento que era, internamente, o crescente diferencial entre previsões e realidade económica.

Internamente é que o milagre deixou de suceder: as previsões do ministro para todos os indicadores importantes (desemprego, crescimento económico, despesa do Estado, cobrança de impostos, etc.) falhavam invariavelmente e só os valores do défice se mantinham dentro do imprescindível - mas sempre à custa de receita extraordinária, qualquer que ela fosse, não se desse o caso de a 'troika' desertar.

E foi então que, de repente, Vítor Gaspar enfrentou o opositor que não conseguiu ultrapassar: o Tribunal Constitucional. Como consta da carta de despedida enviada às redacções, o ministro das Finanças informou Pedro Passos Coelho da sua vontade de sair do Governo a 22 de Outubro do ano passado, numa altura em que ficou evidente que os cortes dos subsídios à Função Pública não iriam para a frente e, pior que isso, fariam jurisprudência em termos da posição, vinculativa, do TC. ■

“

2012 é o princípio do fim da crise.

A história garante que vencemos a crise.

É um enorme aumento de impostos.

A minha educação foi extraordinariamente cara. Portugal investiu na minha educação de forma muito generosa durante algumas décadas. É minha obrigação estar disponível para retribuir essa dívida que o país me deu.

A composição do Governo está à disposição do primeiro-ministro. Esse ponto é incontornável.

O investimento no primeiro trimestre deste ano é adversamente afectado pelas condições meteorológicas dos primeiros três meses do ano que prejudicaram a actividade da construção.

Vítor Gaspar
Ex-ministro das Finanças

EXCLUSIVO FT O FT dá conta da demissão de Gaspar como a saída do arquitecto da austeridade.

